

Condsef/Fenadsef reforça luta por auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas

A Condsef/Fenadsef segue mobilizada pela criação de um auxílio-nutrição para servidores públicos aposentados e pensionistas do Executivo Federal. A pauta foi novamente apresentada nesta semana ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI), que demonstrou receptividade à proposta.

Durante a reunião, a entidade formalizou a reivindicação por meio de ofício e apresentou estudos que fundamentam a criação do benefício. Para a Confederação, garantir melhores condições de alimentação e qualidade de vida à população idosa deve ser tratado como uma política de proteção social e valorização dos aposentados e pensionistas.

A proposta, aprovada na 9ª Plenária Estatutária da Condsef/Fenadsef, também vem sendo discutida com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). A entidade pretende ampliar o diálogo com outros setores do governo, parlamentares e a Frente Parlamentar do Serviço



Público, além de defender a realização de audiências públicas no Congresso Nacional.

Um dos principais objetivos é garantir a previsão de recursos para o auxílio na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, que deverá ser encaminhada pelo governo ao Congresso até 31 de agosto.

A luta também conta com o apoio do Fonasefe e deve incluir o acompanhamento de propostas que já tramitam no Legislativo. Em 2025, a Suggestão Legislativa (SUG) 11/2025,

que reuniu cerca de 20 mil assinaturas, chegou à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

A Condsef/Fenadsef defende que a construção da proposta deve envolver sindicatos, centrais sindicais, parlamentares e os próprios aposentados e pensionistas. Para a entidade, a conquista do auxílio-nutrição depende de mobilização, pressão e unidade para garantir recursos e transformar a reivindicação em direito.

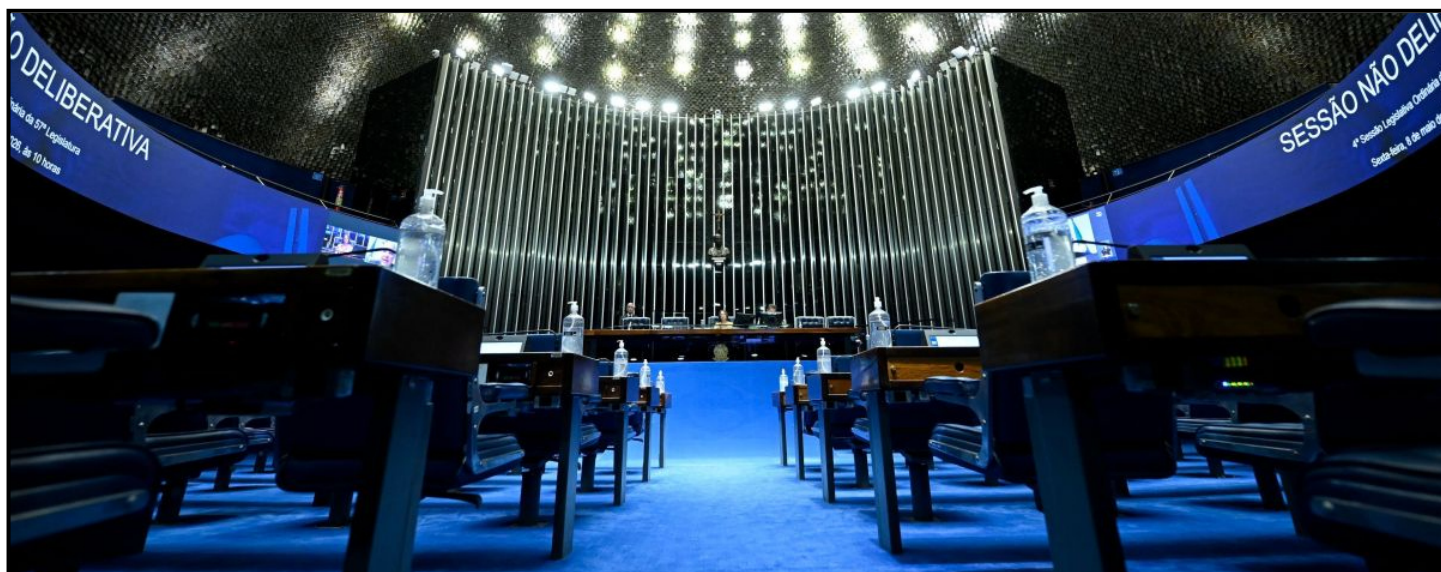
Com informações da Condsef



Mulheres que mudaram a CUT: congressos abriram caminho para conquistas

Da criação da comissão à paridade, decisões dos CON CUTs mostram como dirigentes e militantes transformaram a estrutura e as políticas da CUT

Matéria completa em www.cut.org.br/noticias



Fim da escala 6x1 entra no centro da disputa política no Senado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, nesta segunda-feira (24), a aprovação do fim da escala de trabalho 6x1, sem redução salarial, e criticou movimentos no Congresso para adiar a votação da proposta antes das eleições.

Em publicação nas redes sociais, Lula afirmou que setores políticos atuam contra os interesses dos trabalhadores e destacou que a redução da jornada representa mais tempo para o lazer, a saúde e a convivência familiar.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do fim da escala 6x1 voltou ao centro das articulações no Senado depois que o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), sinalizou que pretende destravar sua tramitação. A proposta estava paralisada desde maio.

O senador Omar Aziz (PSD-AM) assumiu a relatoria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e informou que

pretende apresentar seu parecer durante a próxima semana de esforço concentrado, que começa em 31 de agosto. A votação, porém, dependerá de acordo entre os líderes partidários.

Oposição tenta adiar votação

Aliados de Flávio Bolsonaro (PL) articulam para impedir que a PEC seja votada antes das eleições. O senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha presidencial de Flávio, apresentou uma proposta alternativa e defendeu que a discussão não ocorra durante o período eleitoral.

A oposição também pode utilizar instrumentos regimentais, como pedidos de vista e apresentação de emendas, para prolongar a análise da matéria.

Apesar das articulações para adiar a votação, a campanha de Flávio Bolsonaro evita assumir uma posição frontalmente contrária ao fim da escala 6x1, diante da ampla reper-

cussão da pauta entre os trabalhadores.

Marinho defende uma proposta alternativa que permitiria diferentes formas de organização da jornada, incluindo acordos individuais e negociações coletivas. O texto também está na CCJ, mas ainda não possui relator.

A próxima semana de esforço concentrado será decisiva para o futuro da PEC. Enquanto o governo Lula busca acelerar a votação de uma das principais pautas trabalhistas defendidas pelo Executivo, a oposição tenta postergar a análise para evitar que a medida se transforme em uma vitória política do governo antes das eleições.

Para os trabalhadores, o debate representa uma discussão central sobre redução da jornada, qualidade de vida e direito ao descanso, sem perda salarial.

Com informações repassadas pelo Brasil 247